# EDUCAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA — A AMPLIAÇÃO DOS TEMPOS, ESPAÇOS E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

## ELIANE REGINA CAPONE

Graduação em Pedagogia pela Faculdade FAMOSP (1998); Especialista em Psicomotricidade pela UNIP (2003); Especialista em Educação Especial (2008); Especialista em Psicopedagogia pela UNINOVE (2011); e Especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade São Paulo (2023). Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I desde 1995, atuou na rede estadual e, atualmente, é servidora concursada da Prefeitura de São Paulo há 9 anos, com 6 anos de experiência na Diretoria Regional de Ensino.



## RESUMO

Este artigo discute a Educação Integral como concepção de formação humana e sua relação com a ampliação da jornada escolar na educação pública brasileira. Parte-se da compreensão de que Educação Integral e educação em tempo integral são conceitos relacionados, porém não equivalentes: a primeira se refere ao desenvolvimento do estudante em suas múltiplas dimensões, enquanto a segunda diz respeito principalmente à ampliação do tempo de permanência em atividades escolares. O estudo tem como objetivo analisar fundamentos, possibilidades e desafios da Educação Integral, com atenção à realidade da escola pública e à experiência da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, baseada em autores e documentos legais relacionados ao tema. Defende-se que a ampliação do tempo somente produz sentido educativo quando acompanhada de intencionalidade pedagógica, currículo integrado, experiências diversificadas, infraestrutura, formação profissional, participação e articulação com o território. Conclui-se que a Educação Integral pode fortalecer o direito à educação e a equidade, desde que não seja reduzida à permanência prolongada do estudante na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Integral; Tempo integral; Escola pública; Currículo; Formação humana; Equidade.

## INTRODUÇÃO

A educação brasileira enfrenta o desafio permanente de garantir não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes. Nesse contexto, a Educação Integral ganhou destaque nas políticas públicas por propor uma compreensão ampliada da formação humana. A questão central não é somente quanto tempo o estudante permanece na escola, mas quais experiências educativas são oferecidas durante esse período e que concepção de formação orienta essas experiências.

A Lei nº 14.640/2023 instituiu o Programa Escola em Tempo Integral e estabeleceu, para fins do programa, a referência de sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais. A mesma legislação determina que as novas matrículas estejam vinculadas a propostas pedagógicas alinhadas à BNCC, à LDB e concebidas na perspectiva da Educação Integral. Em 2026, o novo Plano Nacional de Educação também reforçou a expansão da educação integral em tempo integral, com qualidade e intencionalidade pedagógica.

No município de São Paulo, a Educação Integral apresenta trajetória própria e é assumida como perspectiva de formação, aprendizagem e desenvolvimento integral do ser humano. A Secretaria Municipal de Educação considera dimensões intelectual, social, cultural, emocional e física, além de reconhecer a cidade como território educativo. Essa concepção amplia a discussão para além dos muros da escola.

Diante disso, este artigo busca responder à seguinte questão: de que maneira a Educação Integral pode contribuir para o desenvolvimento dos estudantes e quais condições são necessárias para que a ampliação da jornada se transforme em experiência educativa significativa? O objetivo geral é analisar a Educação Integral como concepção de formação humana e discutir seus desafios e possibilidades na educação pública.

São objetivos específicos: compreender a diferença entre Educação Integral e educação em tempo integral; apresentar fundamentos históricos e conceituais; discutir a relação entre currículo, território e experiências educativas; analisar desafios relacionados à infraestrutura, formação profissional, gestão e equidade; e refletir sobre a realidade da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

A relevância do tema está no risco de reduzir uma política educacional complexa à simples ampliação da jornada. Mais horas na escola podem ampliar oportunidades de aprendizagem, especialmente para estudantes que têm acesso desigual a atividades culturais, esportivas e tecnológicas, mas isso depende da qualidade do projeto pedagógico. Assim, discutir Educação Integral significa também discutir currículo, direitos de aprendizagem, equidade, participação e qualidade social da escola pública.

## METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica considera contribuições de autores que participam do debate brasileiro sobre Educação Integral, especialmente Jaqueline Moll, Ana Maria Cavaliere, Moacir Gadotti e Miguel Arroyo. Esses referenciais permitem discutir formação humana, tempos e espaços educativos, currículo, território e qualidade da educação.

A pesquisa documental considera a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 14.640/2023, documentos do Ministério da Educação e materiais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Também é considerada a legislação nacional vigente em 2026, especialmente o novo Plano Nacional de Educação.

A análise é interpretativa e procura aproximar conceitos presentes na literatura das condições concretas necessárias à implementação de políticas de Educação Integral. Não se pretende realizar avaliação de uma escola específica nem produzir dados estatísticos próprios. O objetivo é construir uma reflexão teórica que possa contribuir para compreender a importância da organização dos tempos, espaços, currículo e relações escolares.

## EDUCAÇÃO INTEGRAL E DIREITO À EDUCAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, tendo como uma de suas finalidades o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Essa compreensão é especialmente importante quando se discute Educação Integral, pois permite perceber que o direito à educação não pode ser reduzido ao simples acesso à escola. Garantir esse direito envolve criar condições para que crianças, adolescentes e jovens tenham oportunidades efetivas de aprender, conviver, participar, desenvolver suas capacidades e construir diferentes formas de relação com o conhecimento e com a sociedade.

Quando a educação é compreendida como direito, a escola pública assume uma responsabilidade que vai além da transmissão dos conteúdos previstos no currículo. É necessário considerar o estudante em sua integralidade, reconhecendo que os processos de aprendizagem estão relacionados às condições sociais, culturais, emocionais e materiais em que cada pessoa vive. As experiências que os estudantes trazem de suas famílias, de seus bairros, de suas comunidades e de suas relações sociais também fazem parte do processo educativo. Dessa maneira, pensar em Educação Integral significa ampliar as possibilidades de formação sem perder de vista a função social da escola e seu compromisso com o conhecimento.

A Constituição também oferece uma base para compreender a educação como instrumento de cidadania. A escola é um espaço no qual crianças e adolescentes podem aprender não apenas conteúdos acadêmicos, mas também desenvolver formas de participação, diálogo, respeito às diferenças e convivência com outras pessoas. Isso não significa atribuir à escola responsabilidades que pertencem a outras instituições sociais, mas reconhecer que a experiência escolar contribui para a formação de sujeitos capazes de compreender a realidade em que vivem e participar dela de maneira mais consciente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por sua vez, estabelece princípios e finalidades relacionados ao desenvolvimento do educando e prevê a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola. Essa previsão legal demonstra que a organização do tempo escolar faz parte das discussões sobre a garantia do direito à educação. Entretanto, ampliar o tempo de permanência não deve ser compreendido como um objetivo isolado. O período adicional precisa estar relacionado a experiências educativas que contribuam para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos estudantes.

Nesse ponto, torna-se fundamental diferenciar o direito a permanecer mais tempo na escola do direito a uma educação de qualidade durante esse período. Um estudante pode permanecer muitas horas na unidade educacional e, ainda assim, não ter acesso a experiências diversificadas, espaços adequados, práticas pedagógicas significativas ou oportunidades reais de participação. Por isso, a ampliação da jornada precisa vir acompanhada de planejamento, currículo integrado, profissionais preparados, infraestrutura adequada e condições que garantam que esse tempo seja utilizado de maneira educativa e humanizada.

A Educação Integral pode, portanto, ser entendida como parte de um esforço mais amplo de efetivação do direito à educação. Esse direito envolve acesso, permanência, aprendizagem, participação e desenvolvimento. Também envolve o reconhecimento das diferenças existentes entre os estudantes e a necessidade de oferecer condições para que todos possam aprender e participar das experiências escolares. Nesse sentido, a equidade ocupa lugar importante na discussão, pois tratar todos de maneira igual não significa necessariamente garantir as mesmas oportunidades. Alguns estudantes precisam de apoios, recursos e estratégias diferenciadas para que possam exercer plenamente seu direito à educação.

Essa questão ganha ainda mais importância quando se considera a realidade da escola pública brasileira, marcada por desigualdades sociais e territoriais. Crianças e adolescentes não chegam à escola partindo das mesmas condições. Existem diferenças relacionadas ao acesso à cultura, ao esporte, à tecnologia, aos espaços de lazer, aos livros e a outras experiências que contribuem para a formação. A Educação Integral, quando planejada de maneira adequada, pode ajudar a reduzir parte dessas desigualdades ao ampliar o acesso dos estudantes a experiências que muitas vezes não estão disponíveis em seu cotidiano.

Nesse sentido, a ampliação da jornada pode representar uma oportunidade importante para fortalecer o direito à educação. Mais tempo pode significar mais possibilidades de leitura, pesquisa, produção artística, práticas esportivas, experiências científicas, utilização de tecnologias, atividades culturais e contato com

diferentes espaços do território. Entretanto, essas possibilidades só se concretizam quando existe uma proposta pedagógica que articule as atividades e reconheça sua contribuição para o desenvolvimento dos estudantes.

Outro aspecto relacionado ao direito à educação é a permanência com qualidade. Não basta garantir que o estudante esteja matriculado e frequente a escola; é necessário criar condições para que ele se sinta pertencente àquele espaço. Relações respeitosas, escuta, participação, acolhimento e valorização das diferentes identidades podem contribuir para que a escola seja percebida como um lugar de aprendizagem e convivência. A Educação Integral, nesse sentido, pode favorecer uma experiência escolar mais ampla, na qual o estudante tenha oportunidade de participar ativamente da construção de sua trajetória.

A relação entre Educação Integral e direito à educação também pode ser observada na importância atribuída à participação da comunidade escolar. Se a educação é um direito, sua construção não deve ocorrer de maneira distante daqueles que vivenciam diariamente a escola. Professores, gestores, funcionários, estudantes e famílias precisam ter espaços para apresentar suas necessidades, avaliar as ações desenvolvidas e contribuir para a construção das propostas. A gestão democrática fortalece essa perspectiva ao reconhecer a escola como espaço coletivo e público.

No caso da educação em tempo integral, essa participação torna-se ainda mais necessária, pois a ampliação da jornada modifica a rotina de estudantes, profissionais e famílias. Novos horários, atividades, espaços e formas de organização precisam ser discutidos e planejados para que a proposta não seja percebida apenas como uma extensão do período escolar. É necessário pensar sobre como o tempo será organizado, quais experiências serão oferecidas, como os estudantes serão acompanhados e de que maneira as diferentes atividades estarão articuladas ao projeto pedagógico da unidade.

Também é importante reconhecer que garantir o direito à Educação Integral depende de políticas públicas contínuas e de investimentos adequados. A escola precisa contar com espaços, materiais, equipamentos, alimentação, profissionais e condições de trabalho compatíveis com a proposta. Não seria coerente defender uma formação integral e, ao mesmo tempo, oferecer condições insuficientes para que essa formação aconteça. O direito previsto na legislação precisa encontrar condições concretas para se realizar no cotidiano das escolas.

Dessa forma, a Educação Integral pode ser compreendida como uma possibilidade de aprofundar o próprio sentido do direito à educação. Não se trata apenas de manter o estudante por mais tempo na escola, mas de assegurar que esse tempo seja ocupado por experiências que ampliem seus conhecimentos, suas relações, sua autonomia e sua participação social. A ampliação da jornada, quando acompanhada de qualidade e intencionalidade pedagógica, pode contribuir para que a escola pública ofereça oportunidades mais amplas de formação.

Assim, a discussão sobre Educação Integral está diretamente relacionada ao compromisso constitucional com o pleno desenvolvimento da pessoa. Garantir esse desenvolvimento exige reconhecer que aprender envolve diferentes dimensões e que a escola pode desempenhar papel importante na construção de oportunidades educativas mais justas. A Educação Integral, portanto, não deve ser vista apenas como uma política de ampliação do tempo escolar, mas como uma possibilidade de fortalecer o direito de cada estudante a uma educação que respeite sua dignidade, amplie seus horizontes e contribua para sua participação na sociedade.

## CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INTEGRAL

O currículo ocupa um lugar central quando se pensa em Educação Integral. Se a jornada aumenta, mas o currículo continua fragmentado e organizado apenas pela distribuição tradicional das disciplinas, existe o risco de ocorrer somente um prolongamento da rotina escolar. O estudante permanece mais tempo na escola, porém nem sempre encontra experiências diferentes ou mais significativas. Por isso, ampliar o tempo precisa vir acompanhado de uma reflexão sobre aquilo que se pretende ensinar, sobre as experiências que serão proporcionadas e sobre a maneira como os diferentes conhecimentos podem se relacionar.

Um currículo na perspectiva da Educação Integral precisa considerar as diferentes dimensões do desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, garantir o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Não se trata de escolher entre conhecimento escolar e experiências diversificadas. Pelo contrário, a proposta é aproximar esses elementos, permitindo que os estudantes encontrem sentido naquilo que aprendem e consigam estabelecer relações entre os conteúdos estudados e as situações presentes em sua realidade.

Isso não significa diminuir a importância dos conhecimentos científicos e escolares. Ao contrário, significa utilizá-los de forma contextualizada, permitindo que os estudantes compreendam fenômenos e situações reais. Um conhecimento ganha ainda mais significado quando o estudante consegue perceber sua relação com questões que fazem parte de sua vida. Projetos interdisciplinares podem aproximar Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História, Geografia, Arte e outros componentes, favorecendo uma compreensão menos fragmentada dos fenômenos.

Um projeto sobre o meio ambiente, por exemplo, pode envolver a análise de dados e gráficos em Matemática, a produção de textos em Língua Portuguesa, o estudo dos ecossistemas em Ciências, a análise das transformações do bairro em Geografia e História e a produção de materiais artísticos ou audiovisuais em Arte. Nesse caso, os componentes curriculares não deixam de existir. O que muda é a possibilidade de estabelecer relações entre eles a partir de uma questão comum.

Essa forma de organizar o currículo também pode favorecer maior participação dos estudantes. Quando uma proposta parte de uma pergunta, de um problema ou de uma situação observada no cotidiano, os estudantes podem pesquisar, levantar hipóteses, buscar informações, comparar diferentes pontos de vista e apresentar suas conclusões. O professor continua exercendo papel fundamental, especialmente na organização e mediação do conhecimento, mas o estudante passa a participar de maneira mais ativa do processo.

O Currículo da Cidade de São Paulo apresenta Educação Integral, Educação Inclusiva e Equidade como princípios norteadores. Também trabalha com uma Matriz de Saberes e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa perspectiva favorece uma visão de currículo que ultrapassa a transmissão de conteúdos isolados e considera a formação do estudante em diferentes dimensões.

A Matriz de Saberes, nesse contexto, pode contribuir para aproximar aquilo que se aprende na escola das capacidades que precisam ser desenvolvidas para a vida em sociedade. A escola precisa formar estudantes capazes de pesquisar, argumentar, criar, conviver, participar, respeitar diferenças e tomar decisões de maneira responsável. Essas aprendizagens não acontecem separadamente dos conteúdos escolares, mas podem ser desenvolvidas por meio deles.

Artes, esporte, cultura, tecnologia, ciência, educação ambiental e participação social podem integrar a proposta curricular. Não devem ser entendidos como simples ocupação do tempo ou como atividades utilizadas apenas para preencher os períodos que foram acrescentados à jornada. Precisam possuir objetivos, planejamento e acompanhamento. Quando existe intencionalidade pedagógica, essas experiências passam a fazer parte do processo de formação e podem contribuir para ampliar o repertório dos estudantes.

Dessa maneira, o currículo assume uma função articuladora dentro da Educação Integral. Ele precisa ajudar a organizar os diferentes tempos, espaços e experiências, evitando que a jornada ampliada se transforme em uma sequência de atividades desconectadas. A qualidade da proposta dependerá, em grande medida, da capacidade da escola de estabelecer relações entre aquilo que ensina, aquilo que os estudantes vivenciam e os conhecimentos que precisam construir.

## TERRITÓRIO EDUCATIVO

A ideia de território educativo amplia os espaços de aprendizagem e permite repensar a relação entre escola e comunidade. Bibliotecas, parques, museus, centros culturais, equipamentos esportivos, universidades, organizações comunitárias e outros locais podem contribuir para experiências educativas. A cidade deixa de ser apenas cenário onde a escola está inserida e passa a ser também uma fonte de conhecimentos, relações e possibilidades de aprendizagem.

Essa concepção amplia a compreensão sobre onde a educação acontece. Embora a escola continue sendo um espaço fundamental de ensino e aprendizagem, ela não é o único lugar em que os estudantes têm contato com conhecimentos e experiências formativas. O bairro, os espaços culturais, as áreas verdes, os equipamentos públicos e as próprias histórias das comunidades podem ser utilizados como elementos de investigação e aprendizagem.

O território também pode ser compreendido como espaço de memória e identidade. Conhecer a história de um bairro, entrevistar moradores antigos, identificar mudanças ocorridas ao longo dos anos ou pesquisar as características culturais de determinada comunidade são possibilidades que aproximam os estudantes da realidade em que vivem. Ao mesmo tempo, essas atividades podem mobilizar conhecimentos de diferentes áreas e favorecer o sentimento de pertencimento.

Por essa razão, a utilização do território como espaço educativo também precisa estar relacionada à discussão sobre equidade. Não basta reconhecer que existem equipamentos disponíveis na cidade; é necessário pensar em condições de acesso, transporte, segurança, acessibilidade e planejamento. Uma proposta de Educação Integral precisa considerar as características de cada território e buscar maneiras de ampliar as oportunidades dos estudantes.

## EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo apresenta a Educação Integral como política voltada à formação, aprendizagem e desenvolvimento integral do ser humano, considerando dimensões intelectuais, sociais, culturais, emocionais e físicas. A cidade é compreendida como território educativo, o que amplia a responsabilidade da escola na construção de experiências que ultrapassem seus espaços físicos.

A política municipal inclui iniciativas relacionadas à ampliação da jornada, entre elas o Programa São Paulo Integral. A jornada ampliada, porém, precisa estar articulada à identidade da unidade educacional e ao Projeto Político-Pedagógico. Cada território apresenta características próprias e necessidades distintas, e essas diferenças precisam ser consideradas quando a escola organiza sua proposta.

O Currículo da Cidade constitui referência para esse processo. Sua construção coletiva e sua organização por objetivos de aprendizagem, Matriz de Saberes e princípios norteadores favorecem a articulação entre currículo e formação integral. A proposta permite pensar a aprendizagem para além da memorização de conteúdos, considerando também capacidades, atitudes, relações e experiências.

Outro aspecto importante é a participação da comunidade escolar. A implementação de uma jornada ampliada altera horários, espaços, responsabilidades e rotinas. Por isso, professores, equipes gestoras, funcionários, estudantes, famílias e comunidade precisam participar da construção da proposta. Quando as decisões são discutidas coletivamente, aumenta a possibilidade de que a Educação Integral seja compreendida como um projeto da escola e não apenas como uma determinação administrativa.

A realidade da Rede Municipal de Ensino de São Paulo também mostra a importância de considerar as diferenças entre os territórios. Uma política pública pode estabelecer princípios comuns, mas sua concretização precisa dialogar com as características de cada unidade educacional. A autonomia, o planejamento e a participação da comunidade tornam-se, nesse sentido, elementos importantes para transformar princípios gerais em práticas concretas.

## PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico deve registrar a concepção de formação adotada pela escola e orientar a organização da jornada. Mais do que um documento formal, o PPP pode funcionar como referência para as decisões tomadas pela comunidade escolar. Deve responder a questões como: quais dimensões do desenvolvimento serão priorizadas? Que experiências serão oferecidas? Como os estudantes participarão? Como as famílias serão envolvidas? Que espaços do território poderão ser utilizados?

No caso da Educação Integral, o PPP precisa ajudar a estabelecer uma relação entre os diferentes tempos e espaços da escola. A ampliação da jornada não deve aparecer como algo separado do trabalho pedagógico realizado durante o restante do dia. É necessário que exista continuidade entre as diferentes atividades e que elas contribuam para objetivos comuns.

O PPP também pode ajudar a definir responsabilidades. A Educação Integral envolve diferentes profissionais e exige organização coletiva. Quando as funções são discutidas e planejadas, torna-se mais fácil evitar sobreposição de tarefas e garantir que todos compreendam sua contribuição para a proposta.

Quando o PPP é construído coletivamente, a Educação Integral tende a deixar de ser percebida como programa externo e passa a fazer parte da identidade da escola. O debate entre diferentes profissionais também constitui processo de formação e construção democrática.

A participação dos estudantes e das famílias nesse processo também merece atenção. Mesmo que nem todas as decisões possam ser tomadas coletivamente, é importante criar espaços de escuta e participação. Conhecer as expectativas, dificuldades e sugestões da comunidade pode ajudar a escola a construir uma proposta mais próxima de sua realidade.

## DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO

A implementação da Educação Integral envolve desafios que não se limitam à criação de vagas. A infraestrutura é um dos principais. Salas, refeitórios, cozinhas, banheiros, bibliotecas, quadras, áreas de convivência e espaços de descanso precisam ser adequados ao período ampliado.

Uma escola projetada para poucas horas pode enfrentar dificuldades quando passa a receber estudantes durante todo o dia. Alimentação, higiene, descanso e atividades diferenciadas precisam ser planejados. Sem essas condições, a jornada pode tornar-se cansativa e pouco significativa.

Também é necessário pensar na organização dos espaços. Quando muitos estudantes permanecem durante todo o dia na unidade, diferentes ambientes precisam ser utilizados de maneira planejada. A biblioteca, a quadra, os espaços externos e as salas podem assumir diferentes funções, desde que essa utilização esteja relacionada aos objetivos da proposta.

Outro desafio é a formação e valorização dos profissionais. Uma proposta integral exige planejamento colaborativo, interdisciplinaridade, metodologias variadas e acompanhamento de diferentes dimensões do desenvolvimento. Isso requer formação continuada e tempo institucional para planejamento.

Também é necessário cuidar da saúde e das condições de trabalho dos profissionais. Ampliar a jornada dos estudantes não pode significar simplesmente aumentar tarefas dos professores e equipes. A qualidade da Educação Integral depende também das condições em que os profissionais realizam seu trabalho.

A integração curricular é outro desafio. A inclusão de novas atividades sem conexão com o currículo pode gerar fragmentação. A Educação Integral exige planejamento conjunto e clareza sobre objetivos. As atividades precisam dialogar entre si e contribuir para a formação dos estudantes.

Outro ponto importante diz respeito à continuidade das políticas. Uma proposta de Educação Integral não se consolida de forma imediata. É necessário acompanhar os resultados, identificar dificuldades, ouvir os profissionais e a comunidade e realizar ajustes ao longo do processo. A avaliação permanente pode ajudar a escola a perceber aquilo que precisa ser mantido, modificado ou ampliado.

## EDUCAÇÃO INTEGRAL E EQUIDADE

A equidade é inseparável da Educação Integral. A ampliação das oportunidades pode beneficiar estudantes que possuem acesso limitado a atividades culturais, esportivas, tecnológicas e de lazer. A Lei nº 14.640/2023 prevê prioridade para escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

A possibilidade de permanecer mais tempo na escola pode representar uma oportunidade importante para muitos estudantes. Para alguns, esse período pode significar acesso a livros, computadores, práticas esportivas, atividades artísticas, espaços culturais e experiências que não estão disponíveis em seu cotidiano. Dessa maneira, a Educação Integral pode contribuir para reduzir diferenças de oportunidades.

Ainda assim, equidade não significa apenas ampliar vagas. É necessário garantir qualidade, acessibilidade e recursos adequados. Estudantes com deficiência e outras necessidades específicas precisam participar plenamente das atividades, com os apoios necessários.

Também é importante considerar as diferenças entre os próprios territórios. As necessidades de uma escola podem ser muito diferentes das necessidades de outra. Por isso, políticas de Educação Integral precisam ser acompanhadas de critérios que permitam identificar onde os recursos são mais necessários e quais condições precisam ser fortalecidas.

A equidade também está relacionada à participação. Todos os estudantes devem ter oportunidade de expressar suas opiniões, desenvolver suas capacidades e participar das atividades propostas. Isso exige que a escola esteja atenta às barreiras que podem dificultar a participação de determinados grupos.

Assim, a Educação Integral pode ser uma importante estratégia de enfrentamento das desigualdades educacionais, desde que sua implementação seja acompanhada de políticas de financiamento, infraestrutura, formação profissional e acompanhamento das condições de cada território.

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PERSPECTIVA INTEGRAL

Projetos interdisciplinares, oficinas, atividades culturais, esportivas, científicas, tecnológicas e ambientais são possibilidades de concretização da Educação Integral. A condição fundamental é que tenham intencionalidade e estejam relacionados ao currículo.

As práticas pedagógicas precisam considerar que os estudantes aprendem de diferentes maneiras e que a aprendizagem não acontece apenas durante as aulas expositivas. Experimentar, pesquisar, criar, movimentar-se, conversar, produzir e resolver problemas também são formas de aprender. A diversidade de experiências pode favorecer o desenvolvimento de diferentes capacidades.

Projetos sobre o território podem envolver pesquisa da história do bairro, problemas ambientais, entrevistas, mapas, registros audiovisuais e propostas de intervenção. Com isso, diferentes componentes curriculares contribuem para compreender uma questão real. O estudante pode deixar de ser apenas receptor de informações e passar a atuar como pesquisador e produtor de conhecimento.

As artes também possuem papel relevante. Música, teatro, dança, literatura, desenho e audiovisual favorecem expressão, criatividade e desenvolvimento cultural. Essas experiências mobilizam conhecimentos e linguagens e não devem ser tratadas como simples recreação.

Atividades esportivas contribuem para o desenvolvimento físico e social. Podem trabalhar cooperação, respeito às regras, convivência e resolução de conflitos. É importante oferecer práticas variadas e inclusivas, e não apenas atividades competitivas. O esporte pode ser também uma oportunidade para trabalhar valores, participação e respeito às diferenças.

A tecnologia pode ser utilizada para produção de podcasts, vídeos, pesquisas, programação e projetos de comunicação, acompanhada de educação para o uso crítico e responsável das informações. Em uma sociedade cada vez mais marcada pela presença das tecnologias digitais, a escola também precisa contribuir para que os estudantes aprendam a utilizá-las de maneira consciente.

A educação ambiental, as hortas, os projetos de sustentabilidade e a investigação do território podem conectar conhecimentos científicos à vida cotidiana. Uma horta escolar, por exemplo, pode envolver Ciências, Matemática, alimentação, sustentabilidade, responsabilidade coletiva e cuidado com o espaço comum.

O mais importante é que essas práticas não sejam organizadas apenas para preencher o tempo disponível. Cada atividade precisa ter uma finalidade educativa e estar articulada ao conjunto da proposta escolar.

## GESTÃO ESCOLAR E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A gestão escolar tem papel estratégico na articulação de pessoas, tempos, espaços e recursos. Na Educação Integral, gestão não deve significar centralização. A proposta depende de construção coletiva e distribuição de responsabilidades.

A equipe gestora precisa criar condições para que os diferentes profissionais possam participar do planejamento e acompanhar o desenvolvimento das ações. Isso inclui organizar tempos de reunião, favorecer o diálogo e acompanhar as dificuldades encontradas durante a implementação.

O planejamento coletivo permite discutir necessidades dos estudantes, projetos, resultados e ajustes. A coordenação pedagógica pode favorecer estudos, acompanhamento das práticas e formação continuada. Esse acompanhamento é importante para que as atividades não sejam desenvolvidas de maneira isolada e para que possam ser avaliadas em relação aos objetivos estabelecidos.

Todos os profissionais contribuem para o ambiente educativo. Professores, gestores, funcionários e equipes de apoio participam da construção das relações e da convivência escolar, respeitando as atribuições de cada função. Embora cada profissional tenha responsabilidades específicas, todos fazem parte do cotidiano que será vivenciado pelos estudantes.

A gestão também precisa estar atenta às condições de trabalho. Uma proposta de Educação Integral somente poderá ser sustentável se houver organização adequada das tarefas, comunicação entre os profissionais e espaços para planejamento. Não é possível esperar resultados consistentes quando toda a responsabilidade pela implementação recai sobre poucos indivíduos.

Outro aspecto importante é a capacidade de ouvir a própria equipe. Professores e demais profissionais que estão diariamente em contato com os estudantes possuem conhecimentos importantes sobre as dificuldades e potencialidades da escola. Valorizar essas experiências pode ajudar a gestão a tomar decisões mais próximas da realidade.

Nesse sentido, uma gestão comprometida com a Educação Integral precisa exercer uma função articuladora. Seu papel não é apenas organizar horários e recursos, mas contribuir para que pessoas, conhecimentos, espaços e projetos caminhem em uma mesma direção. A construção coletiva pode fortalecer a identidade da escola e criar melhores condições para que a jornada ampliada se transforme em uma experiência educativa significativa.

Outro ponto que merece atenção é a valorização dos próprios profissionais. Uma política de Educação Integral não pode depender exclusivamente do esforço individual de professores e equipes gestoras. É necessário garantir condições institucionais para o planejamento, o estudo, a troca de experiências e a avaliação das ações desenvolvidas. Quando o profissional encontra espaço para participar das decisões e refletir sobre seu trabalho, aumenta a possibilidade de construção de uma proposta coletiva e coerente com a realidade da escola.

## EDUCAÇÃO INTEGRAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Não é possível afirmar que mais horas de escola produzem automaticamente mais aprendizagem. O tempo pode ampliar oportunidades, mas seus efeitos dependem da qualidade das experiências. Cavaliere (2007) mostra que diferentes modelos de tempo integral correspondem a diferentes concepções pedagógicas e administrativas.

A qualidade precisa ser compreendida em sentido amplo. Aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática são fundamentais, mas também importam o desenvolvimento científico, artístico, corporal, social, ético e cultural. A Educação Integral pode ampliar o repertório de experiências sem abandonar os conhecimentos escolares.

O novo Plano Nacional de Educação, aprovado em 2026, estabelece como Objetivo 6 ampliar a oferta de educação integral em tempo integral, assegurando qualidade e intencionalidade pedagógica. A meta nacional considera jornada mínima de sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais.

## AVALIAÇÃO

A avaliação da Educação Integral precisa considerar múltiplas dimensões. Frequência, aprendizagem e permanência são importantes, mas podem ser complementadas por evidências de participação, pertencimento, convivência, desenvolvimento de projetos e percepção dos estudantes.

A escola pode combinar dados quantitativos e qualitativos, utilizando registros, portfólios, autoavaliação, reuniões e escuta de estudantes e famílias. A avaliação institucional deve orientar decisões e ajustes, e não apenas produzir classificações.

Também é necessário considerar as condições de implementação. Escolas com diferenças de infraestrutura, recursos e características territoriais não podem ser analisadas como se partissem das mesmas condições. A avaliação precisa considerar contexto.

## DISCUSSÃO

A análise realizada permite afirmar que o principal desafio da Educação Integral é transformar a ampliação do tempo em ampliação das oportunidades educativas. Essa transformação exige mudança na concepção de escola, currículo e aprendizagem.

Moll (2012) defende a necessidade de reinventar a escola e articular diferentes tempos e espaços. Arroyo (2012) chama atenção para o direito a tempos e espaços de vida digna. Gadotti (2009) relaciona educação integral e cidadania. Esses referenciais convergem para uma compreensão em que a formação não se limita ao conteúdo escolar.

A experiência nas escolas públicas mostra a importância de integrar currículo, território e jornada. A legislação federal recente fortalece a expansão da política, mas também impõe o desafio de garantir qualidade, infraestrutura, profissionais e intencionalidade pedagógica.

Entre as possibilidades de fortalecimento estão o planejamento integrado, a participação estudantil, a formação continuada, o uso pedagógico do território, o acompanhamento institucional e a distribuição equitativa de recursos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Integral deve ser compreendida como concepção de formação humana, e não apenas como aumento da jornada. O tempo integral pode criar condições para ampliar experiências, mas precisa estar articulado a currículo, gestão, formação, infraestrutura, participação e território.

Em uma sociedade marcada por desigualdades, a Educação Integral pode contribuir para a equidade ao garantir acesso a conhecimentos e experiências diversificadas. Ainda assim, isso exige políticas consistentes e condições de implementação.

Conclui-se que ampliar a jornada escolar somente faz sentido quando o tempo adicional é utilizado para ampliar horizontes. A escola integral precisa ser espaço de conhecimento, cultura, ciência, arte, esporte, convivência, participação e desenvolvimento. Assim, a política deixa de ser apenas uma mudança de horário e passa a representar uma oportunidade de repensar o significado e a função social da escola pública.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver**. In: MOLL, Jaqueline (org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 5 de agosto de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia para a elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral**. Brasília, DF: MEC, 2025.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

MOLL, Jaqueline (org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Educação Integral**. São Paulo: SME, [s.d.].

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade de São Paulo**. São Paulo: SME, 2019.